

A educação nacional

JOSÉ GOLDEMBERG

Sempre me pareceu lamentável que dirigentes públicos sejam constrangidos a fazer publicidade de seus planos e realizações. É perfeitamente natural que políticos o façam sobretudo em época de eleições, ao tentar convencer os eleitores a votar neles. Uma autoridade pública, em exercício, deveria, porém, ser capaz de se fazer escutar e entender por meio de atos, e não de discursos.



Na situação política e institucional em que nos encontramos, porém, a atenção dos meios de comunicação está voltada para denúncias e escândalos, numa mistura de fatos políticos e crônica policial que não deixa espaço para o registro do trabalho sério e consistente que ocorre em inúmeras áreas do governo, entre as quais a da educação.

É por isso que me vejo levado a descrever o que se passa nesta área crítica para os destinos do País.

Em primeiro lugar, a responsabilidade pelo setor educacional não se encontra apenas nas mãos do governo federal, mas se divide entre municípios, Estados, a União e a iniciativa privada. A importância da ação dos poderes públicos é de tal forma reconhecida na Constituição federal que ela determina que 18% dos recursos da União, 25% dos Estados e 25% dos municípios sejam aplicados na educação. Este dispositivo constitucional está sendo religiosamente observado. Em ensino público de todos os níveis gasta-se no Brasil, por ano, cerca de US\$ 16 bilhões, dos quais um terço nas universidades federais, que são todas mantidas pela União.

Quase 90% das crianças na faixa etária de sete a 14 anos estão na escola, e as que não estão vivem nos bolsões de pobreza do Nordeste ou em algumas regiões urbanas. O analfabetismo dos adultos é uma doença em extinção no Brasil e a fração das crianças que recebe oito anos de educação está crescendo e já se aproxima hoje de 30%.

Ainda estamos longe do ideal, mas é inegável o progresso realizado nos últimos decênios em termos de universalizar o acesso à escola e aumentar os anos de escolarização.

A responsabilidade pelo ensino fundamental, entretanto, de acordo com as leis do País, cabe basicamente aos Estados e aos municípios, que são os responsáveis pela rede escolar e pelo salário dos professores. A ação do governo federal está limitada e depende das políticas municipais e estaduais para ter eficácia. Não agindo diretamente na rede, a ação do Ministério da Educação, que tem como fonte básica de recursos o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), se exercita de formas distintas:

- aplicando cerca de US\$ 1,5 bilhão por ano na construção e na reforma de escolas (sem contar os Ciacs), livros, equipamento escolar, merenda e treinamento de professores. Constroem-se por ano cerca de 15 mil novas salas de aula, para atender a uma população que cresce cerca de 2% ao ano;

- utilizando os recursos de forma correta, sem favorecimentos e de acordo com rigorosos critérios educacionais e geográficos, dando prioridade às áreas e regiões mais carentes.

A originalidade da política deste

ministério consiste em, dentro dos seus limites de atuação, procurar resolver os dois problemas básicos do ensino fundamental, que não dizem respeito à construção de escolas, mas residem no ciclo vicioso estabelecido entre baixa remuneração e ausência de qualificação. Isso está ocorrendo por meio de uma negociação com prefeitos e governadores, com o objetivo de liberá-los da contrapartida tradicionalmente exigida de 30% do valor das construções escolares em favor de aumento de salários dos professores, de acordo com critérios de qualidade e produtividade.

A outra linha de atuação consiste em aumentar o percentual do FNDE utilizado em treinamento e reciclagem de professores, inclusive com o uso da televisão educativa, para melhorar o seu desempenho.

Nas ações acima se incluem a construção e gestão de mais de cem escolas técnicas, importantes para a melhoria da qualificação profissional de um setor carente no País.

Na área universitária, a política é diversa, pois, neste nível de ensino, a União tem uma responsabilidade direta, incluindo a manutenção de 34 universidades e outras instituições de ensino superior e 44 hospitais universitários, que consomem cerca de dois terços dos recursos do MEC.

Nelas trabalham cerca de 50 mil professores e 100 mil funcionários responsáveis não só pelos melhores hospitais como também pela grande maioria do que se faz em ciência e tecnologia neste país. Apesar disto, é um setor que tem vivido permanentemente em crise devido a uma combinação maléfica de corporativismo estreito, que promove greves infundáveis; excesso de controles burocráticos, que impede a flexibilidade e a criatividade necessárias ao ensino superior; e ausência de qualquer critério de desempenho na alocação de recursos, o que favorece a mediocridade do sistema.

Isto faz com que as universidades federais não consigam atender a mais que 350 mil alunos, isto é, apenas 22% de toda a população matriculada no ensino superior; que isso seja feito a um custo elevadíssimo, custando cada aluno mais de US\$ 7 mil por ano; que o corpo docente seja pouco qualificado; e que a média do número de alunos por professor seja inferior a oito.

O ministro da Educação apresentou ao Congresso Nacional proposta de reforma universitária que preserva o ensino público e gratuito, mas que, ao dar autonomia real às universidades, lhes dá responsabilidades claras que vão forçar a melhoria do seu desempenho. Previsivelmente, a proposta enfrenta a resistência dos setores mais retrógrados das universidades. Esta é uma batalha em andamento e a falta de ação do Congresso nesta questão é desalentadora.

Além disso, reitores competentes são essenciais para o desenvolvimento das universidades. O ministro da Educação tem atuado na escolha de forma a promover o seu nível de comprometimento com a sociedade, evitando uma subordinação às corporações internas. Finalmente, o ministério tem atuado no sentido de modernizar o Conselho Federal de Educação, para tirá-lo do marasmo credencialista e cartorial em que caiu.

Este trabalho pode não ser suficiente para melhorar a educação nacional, mas é o que nos tem sido possível realizar.

■ José Goldemberg é ministro da Educação